

CORRELAÇÃO ENTRE A PSICOLOGIA E OS PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA

Jordana dos Santos Saorin¹

Claudio Bertotto²

RESUMO

No presente artigo teve-se como tema a Bioética, delimitando-se na correlação entre seus princípios e a Psicologia. Objetiva-se levar conhecimento aos profissionais da área para que aperfeiçoem a relação com seus pacientes e com outros envolvidos no processo de atendimento. Os princípios da Bioética – autonomia, justiça, não maleficência e beneficência – fornecem uma proposta para o modo de agir e pensar do psicólogo, dessa forma, auxiliando em seu trabalho. Neste artigo aborda-se a consolidação do conceito de Bioética, a Psicologia e seus campos de atuação, os princípios bioéticos e a relação destes com a área psicológica. O tema proposto aqui, além de ser uma forma de ampliar o conhecimento acerca do assunto, pode contribuir para a sociedade de modo geral, mas, mais especificamente, para como os indivíduos são atendidos diante de suas necessidades.

Palavras-chave: Bioética. Princípios. Psicologia. Atendimento.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo se propõe a abordar a Bioética, tendo como foco o vínculo de seus princípios com a Psicologia. Visa-se a destacar essa correlação com o objetivo de levar conhecimento aos profissionais e, conseqüentemente, alterar a maneira como os indivíduos são atendidos.

A Bioética veio a se constituir em uma disciplina que procura integrar a cultura técnico- científica das ciências naturais com a cultura humanística. Pode-se defini-la como: “Estudo sistemático da conduta humana na área das ciências da vida e dos cuidados da saúde, na medida em que esta conduta é examinada à luz dos valores e princípios morais.” (COHEN,2008, p. 365).

A Psicologia é uma ciência focada na subjetividade humana. Diferentemente de outros campos, possui vários objetos de estudo. Acredita-se que jamais será possível a construção de um único paradigma confiável que possa ser adotado por todos. É uma ciência humana e, portanto, caracterizada pela contaminação que sofre por estudar o próprio ser humano.

Muitas vezes, a vontade do paciente não é respeitada, não é atendido conforme sua necessidade e recebe tratamentos inadequados. Por isso, o psicólogo precisa ter consciência das conseqüências de suas ações e dos princípios que deve seguir para alcançar seus objetivos e se tornar um profissional qualificado e ético.

Visa-se a ultrapassar os limites acadêmicos e estender-se para princípios práticos, que possam ser consultados tanto no âmbito profissional quanto no científico. O tema proposto aqui, além de ser uma forma de ampliar o conhecimento acerca do assunto, pode contribuir para a sociedade de modo geral, mas, mais especificamente, para como os indivíduos são atendidos diante de suas necessidades.

Tendo como base referências bibliográficas como livros, artigos científicos, sites, trabalhos de conclusão de curso, etc., neste trabalho busca-se encontrar respostas que auxiliem o psicólogo em seu trabalho.

A ideia para escrever sobre o assunto surgiu diante do trabalho proposto em sala de aula referente ao tema. Durante a pesquisa para a elaboração deste, pôde-se perceber a falta de materiais ligando a área da Psicologia à da Bioética. Viu-se a necessidade de expandir-se nesse assunto, de forma a obter conhecimento próprio, mas também para compartilhá-lo aos demais.

¹ Graduanda no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Videira; josaorinjd@gmail.com

² Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Graduado em Filosofia pela Universidade São Francisco; Professor titular na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Videira; claudio.bertotto@unoesc.edu.br

2 CONSOLIDAÇÃO DO CONCEITO DE BIOÉTICA

A Bioética tem apenas três décadas de história, mas alcançou um crescimento surpreendente em muitas regiões do mundo, passando por complexas metamorfoses conceituais.

Conforme Junqueira (2007, p. 8), o início da Bioética ocorreu na década de 1970, com a publicação de duas obras de Van Rensselaer Potter, um pesquisador e professor norte-americano da área da Oncologia. O professor, preocupando-se com a dimensão que os avanços da ciência estavam alcançando, propôs um novo ramo do conhecimento que pudesse auxiliar as pessoas a pensarem nas possíveis implicações – positivas e negativas – dos avanços da ciência sobre a vida.

Inicialmente, a Bioética foi definida como a ciência que garantiria a sobrevivência, em uma perspectiva de promover e defender a dignidade humana e a qualidade de vida. Entretanto, vale destacar que o termo, como é usado por seu iniciador, difere-se do significado estabelecido nos tempos atuais (CLOTET, [200-?], p. 3).

Encontram-se muitas definições para a Bioética, mas se pode destacar que é um neologismo derivado das palavras gregas *bios* (vida) e *ethike* (ética). É a ética da vida ou a ética prática. Seu objetivo é discutir questões e tentar encontrar a melhor maneira de resolver casos e dilemas do ponto de vista ético, prezando a conduta humana e levando em consideração toda a diversidade moral que se pode encontrar nas áreas de conhecimento, com implicações em nosso cotidiano (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2002, p. 17).

Conforme Schramm e Braz (2005), a Bioética distingue-se da ética teórica em razão de preocupar-se com a forma dos conceitos e dos argumentos éticos, e, embora não abra mão das questões formais, está focada em resolver conflitos concretos.

A Bioética veio a se constituir em uma disciplina que procura integrar a cultura técnico-científica das ciências naturais com a cultura humanística. Pode-se defini-la como: “estudo sistemático da conduta humana na área das ciências da vida e dos cuidados da saúde, na medida em que esta conduta é examinada à luz dos valores e princípios morais.” (COHEN, 2008, p. 365).

Podem-se citar, para exemplificar de forma mais concisa, alguns dos temas abordados pela Bioética: as polêmicas acerca do aborto, o transplante de órgãos, os alimentos transgênicos, o uso de animais em estudos experimentais, a eutanásia, a fertilização in vitro, entre outros. Enfim, quer seja disciplina, quer seja ciência, mero desdobramento da filosofia moral, quer seja, ainda, um novo movimento cultural, não há dúvida de que se trata de uma nova sensibilidade humana que leva a cuidar, zelar, promover dignidade humana e qualidade de vida.

3 A PSICOLOGIA E SEUS CAMPOS DE ATUAÇÃO

A Psicologia é uma ciência focada na subjetividade humana. Diferentemente de outros campos, possui vários objetos de estudo. Por exemplo, o Behaviorismo estuda o comportamento e a Psicanálise tem como foco o inconsciente. Acredita-se que jamais será possível a construção de um único paradigma confiável que possa ser adotado por todos. A Psicologia é uma ciência humana e, portanto, caracterizada pela contaminação que sofre por estudar o próprio ser humano (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 22).

Quando se trata da história da Psicologia, começa-se falando da filosofia ocidental dos gregos. Para eles, Psicologia era o estudo da alma, sendo esta a parte imaterial do corpo humano, responsável pelos nossos desejos, sentimentos, percepções e emoções.

Conforme Figueiredo e Santi (1997, p. 3):

A situação da Psicologia enquanto ciência é curiosa. Por um lado, reivindica lugar à parte entre as ciências; ao mesmo tempo o psicólogo prático exige que sua competência seja reconhecida. Por outro lado, não conseguiu se desenvolver sem estabelecer relações cada vez mais estreitas com as ciências biológicas e com as da sociedade.

Segundo Sargiani (2015), por ser uma ciência tão ampla, a Psicologia mantém relações com muitas áreas do conhecimento e diferentes facetas da nossa vida. Essa relação é uma das mais notórias peculiaridades dessa área, pois estimula o avanço tanto no âmbito científico quanto no profissional.

Enquanto campos de atuação, podem-se citar: Psicologia Clínica, Psicologia do trânsito, Escolar, Organizacional, Hospitalar, Jurídica, Neuropsicologia, entre outros.

No exercício diário com seus pacientes, o psicólogo enfrenta situações que geram dúvidas sobre qual atitude tomar em seu atendimento, não apenas em relação a condutas técnicas, mas, também, no campo dos valores.

4 OS PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA

Para facilitar o processo de estudo e de decisão sobre os diversos temas, podem-se utilizar certas ferramentas. Esses princípios foram propostos inicialmente no Relatório Belmont (1978) para orientar pesquisas realizadas em seres humanos e, em 1979, o uso passou para a prática médica, com Beauchamps e Childress (JUNQUEIRA, 2007, p. 18).

Considerando os princípios a seguir, é preciso destacar que se denominam infrações éticas quando esses são violados. Nas ações em saúde, respeitar outros indivíduos se refere a colocar em prática os princípios da Bioética.

4.1 AUTONOMIA

O princípio da autonomia também pode ser conhecido como o respeito pelas pessoas. Esse preceito defende que o indivíduo possui sobre si mesmo liberdade de escolha e poder de decisão. Requer que o profissional respeite a vontade de seu paciente ou do representante deste, em seus valores morais e crenças. Reconhece o domínio do paciente sobre sua própria vida e o respeito à sua intimidade (COHEN, 2008, p. 365).

Segundo Pessini e Barchifontaine (2002, p. 45), esse princípio incorpora duas convicções éticas: as pessoas devem ser tratadas com autonomia e aquelas cuja autonomia está diminuída, devem ser protegidas. Deve-se salientar que por pessoa autônoma se entende como o indivíduo que é capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e agir sob a orientação dessa deliberação.

4.2 JUSTIÇA

O princípio da justiça se baseia no fato de que as pessoas têm direito a terem suas necessidades de saúde atendidas. Uma pessoa é vítima de injustiça quando lhe é negado um bem ao qual tem direito (UGEDA, 2016).

Por justiça se entende como imparcialidade na distribuição dos riscos e benefícios. Os iguais devem ser tratados igualmente. O problema está em saber quem são os iguais. Entre os homens existem diferenças de todo tipo e muitas delas devem ser respeitadas em decorrência do princípio da justiça. Não obstante, existe um outro nível em que todos devemos ser considerados iguais, de tal modo que as diferenças devem ser consideradas injustiças.

4.3 NÃO MALEFICÊNCIA

O princípio da não maleficência é considerado por muitos como o mais controverso. Muitos autores o incluem no preceito da beneficência, justificando sua posição por acharem que ao evitar o dano intencional já se visa ao bem do outro (GOLDIM, 2003).

Esse princípio fundamenta-se na imagem médica que perdurou ao longo da história e que se baseia em usar o tratamento para o bem dos necessitados, evitando causar danos intencionais.

4.4 BENEFICÊNCIA

O princípio da beneficência requer que sejam atendidos os interesses do indivíduo, de forma a evitar danos. Impõe ao profissional o dever de promover o bem ao paciente, por meio do desempenho de suas funções. Esse preceito se ocupa em procurar o bem-estar máximo do paciente por intermédio da ciência e de seus representantes.

Desse modo, sempre que o profissional propuser um tratamento a um paciente, ele deverá reconhecer sua dignidade e considerá-lo em sua totalidade, ou seja, fisicamente, psicologicamente, socialmente e espiritualmente, visando oferecer o melhor tratamento ao indivíduo, tanto no que diz respeito à técnica quanto no que se refere ao reconhecimento das suas necessidades. Um profissional deve, acima de tudo, desejar o melhor para o seu paciente, para restabelecer sua saúde, prevenir um agravo ou promover sua saúde (JUNQUEIRA, 2007, p. 18).

3 OS PRINCÍPIOS E A PSICOLOGIA

A Psicologia se insere na Bioética por meio de seus diversos ramos. A todo o momento do dia nós, seres humanos, passamos por situações que podem ser avaliadas. Considerando que a Bioética é uma ética da vida, tudo aquilo que diz respeito ao indivíduo ou está contido nele se insere nesse âmbito (DIAS et al., 2007, p. 129). A Psicologia tem como seu objeto de estudo o ser humano, então, como esta poderia ficar de fora das discussões bioéticas?

A Psicologia Social, por exemplo, preocupa-se e envolve-se com problemas e temas sociais, como violência, pobreza e meio ambiente, fornecendo, assim, grandes contribuições às questões que envolvem esses problemas. Também, pode-se mencionar a Psicologia Clínica, contribuindo a respeito da questão entre paciente e profissional, aplicando em prática os princípios estabelecidos pela Bioética.

Conforme Pessini e Barchifontaine (2002, p. 32), “A Bioética abarca a ética médica, porém, não se limita a ela. A ética médica em seu sentido tradicional trata dos problemas relacionados com valores surgidos da relação entre médico e paciente.”

As dimensões morais examinadas na Bioética estão constantemente evoluindo, mas tendem a enfocar várias questões maiores. Qual é a visão moral de pessoa? Que tipo de pessoa devemos ser? Que tipo de sociedade devemos construir? O que deve ser feito em situações específicas?

A Bioética estuda os avanços recentes da ciência em razão, sobretudo, da pessoa humana. A referência central é o ser humano, especialmente considerado em dois momentos básicos: o nascimento e a morte. É sobre essas duas fases da vida que hoje a ciência está fazendo seus melhores progressos e, obviamente, colocando problemas éticos inimagináveis antes dessas descobertas (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2002, p. 67).

Desde o nascimento até questões complexas como o aborto e a eutanásia envolvem todo o desenvolvimento do ser humano. Essas questões diárias fazem parte da vida das pessoas, caracterizando-se, assim, como dilemas com bases psicológicas. Essa realidade é transferida ao psicólogo no momento em que o paciente está em um processo psicoterápico, colocando o que há de mais íntimo para melhorar seu tratamento.

No exercício diário com seus pacientes, o psicólogo enfrenta situações que geram dúvidas sobre qual atitude tomar em seu atendimento, não apenas em relação a condutas técnicas, mas também, ao campo dos valores.

Para compreender questões de vida e mudanças paradigmáticas, a Psicologia foi desenvolvendo teorias psicológicas, com linguagens e métodos diferenciados de trabalho. Desde seu surgimento, passou por uma série de transformações e releituras, por isso do aparecimento de diversas linhas de pensamento psicológico (DIAS et al., 2007, p. 132).

O princípio de autonomia é um ponto importante na discussão entre Psicologia e Bioética. A possibilidade de escolha é um alicerce, e para que haja uma ação autônoma, é preciso que existam alternativas de ação. Apenas o sujeito poderá escolher o que considera melhor para si. O respeito a esse princípio favorece o diálogo, o atendimento e a confiança entre paciente e psicólogo, permitindo ao indivíduo dar seu consentimento para a realização de intervenções.

O princípio da justiça se baseia no fato de que as pessoas têm direito a terem suas necessidades de saúde atendidas. Atendimento psicológico também é uma questão de premência, e da mesma forma que qualquer outro profissional da saúde, o psicólogo tem o dever de fornecer atendimento diante do apuro de um indivíduo. Todos somos diferentes, mas essas divergências devem ser respeitadas conforme esse preceito.

O princípio da beneficência requer que sejam atendidos os interesses do indivíduo, de forma a evitar danos. Considerando o fato de que durante uma intervenção, além de afetar o psicológico do paciente, o profissional também afeta seu corpo, deve-se ter a intenção de melhorar e curar.

Complementando o princípio anterior, a ideia de não maleficência, ressalta a obrigação do psicólogo de não causar danos intencionais ao seu paciente. Como qualquer outro profissional, ele também pode acabar prejudicando o indivíduo durante o atendimento quando este for incorreto.

Além dos princípios fundamentais da Bioética, salientam-se também nesse campo de saber os aspectos relacionados à confidencialidade e à privacidade. Estes se destacam nas pesquisas, bem como na área da Psicologia em relação à própria formação e prática do profissional. Destaca-se:

A confidencialidade tem origem na palavra confiança, sendo esta a base para o estabelecimento de um bom vínculo terapêutico – a preservação de tudo que é relatado pelo paciente. A privacidade se refere à limitação do acesso às informações de uma pessoa, no que se relaciona à sua intimidade. (CALVETTI et al., 2007, p. 3).

O contato entre paciente e profissional leva a observar as questões do respeito, do sigilo e da privacidade aplicadas. A partir de um olhar direcionado às questões do ser humano, as reflexões bioéticas passam a fazer parte do contexto da Psicologia. Pode-se destacar que ao observar os princípios utilizados pela Bioética, todos são utilizados nesse campo: o respeito à autonomia do paciente, o dever de promover o bem, não negar as necessidades do indivíduo e não causar mal intencionalmente.

6 CONCLUSÃO

No trabalho teve-se como tema a Bioética, focando no problema de pesquisa de como a Psicologia poderia se correlacionar com os princípios bioéticos.

Podem-se encontrar diferentes conceitos para a Bioética, já que esta, ao longo dos anos, sofreu inúmeras metamorfoses conceituais. Mas quer seja disciplina, quer seja ciência, mero desdobramento da filosofia moral, quer seja, ainda, um novo movimento cultural, não há dúvida de que se trata de uma nova sensibilidade humana que leva a cuidar, zelar, promover dignidade humana e qualidade de vida.

Foram propostas neste artigo quatro hipóteses: relação com a autonomia, com a justiça, com a beneficência e com a não maleficência, sendo que todas foram confirmadas por meio de argumentações teóricas e exemplificação com aplicações do cotidiano do profissional.

No exercício diário com seus pacientes, o psicólogo enfrenta situações que geram dúvidas sobre qual atitude tomar em seu atendimento, não apenas em relação a condutas técnicas, mas também, ao campo dos valores. Assim, pode-se perceber a relação dos princípios bioéticos no contexto profissional. Autonomia, beneficência, justiça e não maleficência, sem dúvida, contribuem para o ambiente psicoterápico.

O psicólogo, acima de qualquer decisão, deve levar em consideração o desejo de seus pacientes, suas convicções e preceitos. É preciso respeitar a vontade do paciente em seus valores morais e crenças, aplicando e respeitando o princípio da autonomia.

Todos os pacientes têm o direito perante a lei de terem suas necessidades de saúde atendidas, seguindo, assim, o princípio de justiça estabelecido pela Bioética. Quando lhe é negado um bem ao qual tem direito, o indivíduo está sendo vítima de uma injustiça.

O psicólogo, enquanto profissional da saúde, tem o dever de promover o bem ao paciente por meio do desempenho de suas funções, aplicando, assim, a beneficência, procurando alcançar o máximo bem-estar do indivíduo que está sendo atendido.

Todo profissional da área da saúde possui a obrigação de não causar danos intencionais ao seu paciente. O psicólogo enquanto realiza seu trabalho também precisa seguir o princípio da não maleficência.

A justificativa para a realização deste trabalho foi confirmada ao longo da investigação, já que o tema proposto aqui, além de ser uma forma de ampliar o conhecimento acerca do assunto, pode contribuir para a comunidade científica e para a sociedade de modo geral.

Para aqueles que querem estudar mais sobre o assunto, recomenda-se que busquem por mais matérias de pesquisa e que também se aprofundem indo a trabalho de campo, algo que não foi possível neste caso.

Correlation between the Psychology and the principles of Bioethics

Abstract

The present scientific article has as its theme Bioethics, delimiting itself in the correlation between these principles and Psychology. It aims to bring knowledge to professionals in the area, so that they improve the relationship with their patients and with others involved in the care process. The principles of Bioethics – autonomy, justice, maleficence and beneficence – provide a proposal for the psychologist way of acting and thinking, thereby helping in his work. This article deals with the consolidation of the concept of Bioethics, Psychology and its area of action, bioethical principles and their relationship with the psychological research line. The theme proposed here as well as being

a way to broaden the knowledge about the subject can contribute to society in general, but more specifically, in the way individuals are attended to their needs.

Keywords: Bioethics. Principles. Psychology. Attendance.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 368 p.

CALVETTI, P. U. et al. **A Bioética na pesquisa em Psicologia**. O Portal do Psicólogos, 18 jul. 2007. 9 p. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0355.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

CLOTET, J. **Por que Bioética?** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [200-?].

COHEN, C. **Sobre a correlação entre a Bioética e a Psicologia Médica**. São Paulo: USP, 2008.

DIAS, H. Z. J. et al. **Psicologia e Bioética**: Diálogos. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. **Psicologia**: uma nova introdução. São Paulo: Educ, 1997. 53 p.

GOLDIM, J. R. **Princípio da não maledicência**. 2003. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/naomalef.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

JUNQUEIRA, C. R. Bioética: conceito, contexto cultural, fundamento e princípios. In: RAMOS, D. L. P. **Bioética e ética profissional**. Rio de Janeiro: Guanabara- Koogan, 2007.

PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. de P. de. **Problemas atuais de Bioética**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 549 p.

SARGIANI, R. Áreas de atuação. 2015. Disponível em: <<http://www.psicologiaexplica.com.br/areas-de-atuacao/>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

SCHRAMM, F. R.; BRAZ, M. **Introdução à bioética**. 2005. Disponível em: <<http://www.ghente.org/bioetica/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

UGEDA, G. T. **Princípios da Bioética**. 2016. Disponível em: <<http://www.enfermeiroaprendiz.com.br/entenda-os-principios-da-bioetica-as-possiveis-infracoes-eticas-e-outros-conceitos-do-codigo-de-etica-de-enfermagem/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.